

JOVENS MIGRANTES EM RORAIMA: ESCOLARIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO | *MIGRANT YOUTH IN RORAIMA: EDUCATION, RESISTANCE, AND FUTURE PROSPECTS*

DOI: [10.24979/ambiente.v18i2.1722](https://doi.org/10.24979/ambiente.v18i2.1722)

Karla Danielle Matos Menezes King 
André Nonato Alves King e Campos 

Resumo Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por adolescentes migrantes no processo de escolarização em Roraima, bem como compreender os projetos de futuro desses jovens e suas perspectivas de inserção econômica como parte do desenvolvimento regional. A pesquisa parte do entendimento de que os jovens migrantes, especialmente aqueles presentes na rede pública de ensino, representam simultaneamente um desafio educacional e uma força social e produtiva com potencial para dinamizar setores locais. Por meio de uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-interpretativa, combinando levantamento empírico e pesquisa bibliográfica foram aplicados questionários a estudantes do Ensino Fundamental II e Médio em 8 escolas estaduais no município de Boa Vista. Os dados revelaram que muitos desses jovens demonstram interesse em prosseguir os estudos, empreender ou atuar em atividades econômicas locais, o que evidencia sua disposição em participar ativamente no desenvolvimento de Roraima. Tais achados reforçam a importância de políticas públicas que articulem inclusão educacional e inserção produtiva, aproveitando o potencial dessa juventude como vetor estratégico para o fortalecimento socioeconômico do estado.

Palavras-chave: Jovem Migrante. Desenvolvimento Econômico. Roraima.

Abstract This article aims to analyze the challenges faced by migrant adolescents in the schooling process in Roraima, as well as to understand these young people's future projects and their perspectives on economic integration as part of regional development. The research is based on the understanding that migrant youth, especially those enrolled in the public school system, simultaneously represent an educational challenge and a social and productive force with the potential to stimulate local sectors. Through a qualitative, descriptive-interpretative approach, combining empirical data collection and bibliographic research, questionnaires were applied to middle and high school students in eight state schools in the municipality of Boa Vista. The findings revealed that many of these young people show interest in pursuing further studies, engaging in entrepreneurship, or participating in local economic activities, which demonstrates their willingness to actively contribute to the development of Roraima. These results reinforce the importance of public policies that integrate educational inclusion and productive insertion, harnessing the potential of this youth as a strategic vector for the state's socioeconomic strengthening.

Keywords: Migrant Youth. Economic Development. Roraima.

1.1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem se configurado como um dos principais destinos de milhares de migrantes venezuelanos ¹ impulsionados, sobretudo, pela grave crise econômica, política e humanitária que afeta a Venezuela. O estado de Roraima, localizado no norte do Brasil e fazendo fronteira com a Guiana e a Venezuela, tem sido porta de entrada para um intenso fluxo migratório de venezuelanos em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Dessa forma, o fluxo migratório (especialmente) venezuelano tem impactado diretamente diversos setores de Roraima, produzindo efeitos complexos e interdependentes nos âmbitos social, econômico e institucional local. No setor educacional, observamos um aumento expressivo nas matrículas escolares, em todas as séries e etapas, desafiando as escolas quanto ao acolhimento linguístico, pedagógico e cultural dessa população.

Atuamos em escolas de educação integral em tempo integral ² que ofertam cursos técnicos profissionalizantes, o que nos posiciona diretamente como formadores da próxima geração de trabalhadores que comporá o cenário econômico do estado. Nesse sentido, é imprescindível que a formação educacional dialogue com as dinâmicas reais do mercado de trabalho local. Em Roraima, esse cenário tem se materializado tanto na ampliação do mercado formal quanto na expansão do trabalho informal, com o fortalecimento de circuitos econômicos alternativos.

Tais circuitos incluem o comércio ambulante, a prestação autônoma de serviços e outras expressões da economia popular - ou daquilo que se convencionou chamar de “economia (não) popular”-, caracterizada por práticas de sobrevivência e empreendedorismo que emergem da criatividade e da resiliência das populações historicamente marginalizadas, como é o caso da juventude migrante. Esses movimentos, embora frequentemente subvalorizados, têm papel central na reorganização das relações de trabalho, na circulação de renda e na constituição de novas formas de pertencimento e cidadania econômica no estado.

Considerando esse panorama, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por adolescentes migrantes no processo de escolarização em Roraima, bem como compreender os projetos de futuro desses jovens e suas perspectivas de inserção econômica como parte do desenvolvimento regional. Com base nisso, este estudo

1 E não apenas venezuelanos. De acordo com o [Boletim das Migrações](#), entre o período de 2010 a agosto de 2024, o Brasil registrou a entrada de 1.700.686 migrantes entre residentes permanentes, temporários e fronteiriços. O maior fluxo migratório é de migrantes vindos da Venezuela (500.636), do Haiti (183.102) e da Bolívia (110.795).

2 As escolas em tempo integral, regulamentadas pela Lei nº 14.640/2023, fazem parte do Programa Escola em Tempo Integral, coordenado pelo MEC. O objetivo é ampliar a jornada escolar para sete horas diárias (ou 35 horas semanais), garantindo uma formação integral do estudante. O programa oferece apoio técnico e financeiro para criação dessas matrículas, priorizando escolas que atendem alunos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, sempre com propostas pedagógicas alinhadas à BNCC e à meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

se desdobra em dois objetivos específicos que orientam a investigação: (i) identificar os principais obstáculos enfrentados por adolescentes migrantes da rede estadual no processo de escolarização na rede pública de Roraima, e (ii) apresentar os projetos de futuro e as formas de contribuição econômica pensadas por adolescentes migrantes, com base nos dados da pesquisa realizada.

Diante do fato de que o fenômeno migratório em Roraima está longe de ser passageiro, é necessário refletir sobre como o sistema educacional local tem respondido - ou não - às demandas linguísticas, culturais e identitárias dessa população. Ao mesmo tempo, compreender as estratégias de resistência e superação desenvolvidas pelos próprios estudantes pode oferecer pistas para a construção de políticas públicas mais comprometidas com a inclusão.

Portanto, após a introdução, este estudo organiza-se em três eixos principais. No primeiro, detalhamos a metodologia adotada para a coleta e análise dos dados, com foco na escuta sensível de estudantes da rede pública estadual de Roraima. No segundo, abordamos os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com foco na compreensão de como os fluxos migratórios podem atuar como vetor estratégico para o desenvolvimento econômico regional, impulsionando setores produtivos, dinamizando mercados locais e contribuindo para a reconfiguração das economias de fronteira, como é o caso de Roraima. No terceiro eixo, analisamos os dados empíricos à luz dos desafios escolares enfrentados por adolescentes migrantes, bem como discutimos os projetos de futuro elaborados por esses jovens, evidenciando suas perspectivas de inserção econômica e sua potência como sujeitos transformadores no contexto roraimense. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que retomam os principais achados do estudo e apontam caminhos possíveis para políticas públicas mais sensíveis à diversidade.

1.2 Caminho investigativo

Teoricamente, esta pesquisa se fundamenta na perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva, conforme delineada por Moita Lopes (2006), entendida aqui não como um campo disciplinar fechado, mas como um espaço de trânsito e diálogo entre saberes. Essa abordagem rompe com os limites tradicionais da linguística normativa, permitindo uma articulação crítica entre linguagem, práticas sociais e os múltiplos contextos que configuram o mundo contemporâneo. Assim, a Linguística Aplicada oferece um arcabouço teórico e metodológico potente para compreender e intervir nas dinâmicas sociais, especialmente em contextos marcados por mobilidades, desigualdades e disputas por reconhecimento.

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e interpretativo, desenvolvido a partir de observação participante no contexto escolar (Bortoni-Ricardo, 2008), complementado por uma pesquisa bibliográfica. A etapa bibliográfica teve como objetivo reunir embasamento teórico e contextual sobre a temática dos jovens migrantes, bem como sobre o desenvolvimento econômico, de modo a estabelecer conexões entre esses dois campos e a realidade

específica de Roraima. Para isso, foram analisados relatórios institucionais, artigos acadêmicos e documentos oficiais que abordam tanto a migração venezuelana quanto seus desdobramentos educacionais e socioeconômicos no estado.

A escolha dessas abordagens se justifica pela necessidade de acessar, em profundidade, os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas vivências no contexto escolar, migratório e social - elementos que dificilmente seriam captados por métodos exclusivamente quantitativos. A pesquisa parte dos princípios da pesquisa social aplicada, com ênfase na escuta sensível, na valorização das vozes dos participantes e no compromisso ético-político com a transformação das realidades investigadas.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e julho de 2025, em escolas públicas estaduais situadas no município de Boa Vista. Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional, considerando critérios de inclusão e de exclusão como: idade mínima (12 anos), situação migratória e matrícula ativa em turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ao todo, participaram da pesquisa 81 estudantes migrantes - em sua maioria de nacionalidade venezuelana.

Para a escuta dos estudantes, utilizamos questionários compostos por questões abertas e fechadas, organizadas em três eixos temáticos: (i) dificuldades enfrentadas no processo de escolarização; (ii) vivências migratórias e adaptação cultural; e (iii) expectativas de futuro e inserção no mundo do trabalho. A pesquisa respeitou todos os princípios éticos que regem estudos com seres humanos ³.

Reconhecemos, por fim, que esta pesquisa, por sua natureza qualitativa e recorte amostral específico, não tem como objetivo a generalização dos resultados. No entanto, buscamos oferecer reflexões que contribuam tanto para o debate público quanto para o campo acadêmico no que diz respeito à escolarização de jovens migrantes e à construção de políticas públicas sensíveis à diversidade linguística, cultural e social presente nas escolas. Além disso, defendemos a necessidade de que a força de trabalho juvenil migrante seja reconhecida como potencial estratégico para o desenvolvimento regional e, portanto, valorizada por meio de políticas públicas que promovam sua qualificação, inserção digna no mercado de trabalho e protagonismo na construção de um futuro economicamente sustentável.

1.3 Mapeamento de produções acadêmicas sobre migração e desenvolvimento econômico

Ao fazer um estado da arte sobre pesquisas que tratam especificamente da migração e de seus impactos no desenvolvimento econômico de Roraima para nos ajudar no embasamento deste artigo, constatamos que a produção acadêmica e técnica sobre o tema

³ Os responsáveis legais, no caso de menores de idade, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para os menores, além da assinatura do responsável, foi obtida também a anuência por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Em todos os casos, a identidade dos envolvidos foi preservada, assegurando-se o anonimato nas transcrições e análises dos dados.

ainda é bastante limitada. A busca foi realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave “migração venezuelana” e “desenvolvimento econômico”, resultando em 18 trabalhos, porém nenhum deles produzido em Roraima.

No Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFRR), a busca pelo termo “migra” retornou apenas 12 ocorrências, mas nenhuma delas dialoga diretamente com a proposta deste artigo. Por exemplo, a dissertação intitulada “*Construção identitária de imigrantes venezuelanos através do ensino de português como língua estrangeira em Boa Vista*” (2022) tem como foco a dimensão identitária e linguística, enquanto o trabalho “*Educação linguística orientada pelo caderno ‘A ocasião faz o escritor’: da autonarrativa docente à produção textual de estudantes migrantes de um colégio público de Roraima*” (2024) aborda práticas de letramento e narrativas. Ambos tangenciam questões relacionadas a desafios enfrentados por migrantes, mas não discutem de forma central a relação entre migração e desenvolvimento econômico, que é o eixo desta pesquisa.

Já no banco de dissertações do PPGSOF, identificamos dois trabalhos diretamente relacionados à temática. O primeiro é a dissertação de Ângela Karinne Bezerra Mota (2025), intitulada *Políticas públicas – soluções duráveis para migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil: a estratégia de inserção no mercado de trabalho em Boa Vista/RR*. O estudo analisa as políticas públicas e as soluções duráveis implementadas por agências da ONU, pelo poder público brasileiro e por organizações não governamentais atuantes em parceria com a Operação Acolhida, com foco na inserção de migrantes e refugiados venezuelanos no mercado de trabalho. A autora busca contribuir com o debate acadêmico e com o aprimoramento de políticas públicas, promovendo reflexões sobre a inserção local e socioeconômica desses grupos vulneráveis. Entre os aspectos analisados, destacaram-se o acesso a oportunidades de emprego, a inclusão social, a redução da xenofobia e o impacto das iniciativas de inserção local no estabelecimento sustentável e duradouro dessas populações no Brasil.

O segundo trabalho é a dissertação de Pedro Carlos de Araújo Oliveira (2020), *Migração e Trabalho: venezuelanos com formação acadêmica no estado de Roraima*, que tem como objetivo analisar a política migratória brasileira voltada à integração de migrantes qualificados por meio do aproveitamento de seus conhecimentos e da revalidação de títulos acadêmicos. O autor concluiu que, para garantir a integração efetiva desses trabalhadores, não basta apenas fiscalizar a formalização de contratos e regularizar a documentação: é necessário criar estratégias capazes de reduzir as desigualdades entre migrantes e população nativa, sob o princípio da equidade. Entre as recomendações, estão a identificação de habilidades profissionais e a articulação com o setor privado para ampliar a divulgação de oportunidades e incentivar políticas de desenvolvimento.

Além dessas pesquisas acadêmicas, identificamos iniciativas pontuais de órgãos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que em 2021 publicou o relatório *Imigração Venezuela–Roraima: evolução, impactos e perspectivas*, e a Secretaria de Planejamento e Orçamento de Roraima (SEPLAN), que em 2024 também

realizou levantamentos e produziu o relatório *Migração em Números* com o objetivo fornecer dados que melhorem a compreensão do fenômeno migratório em Roraima, servindo igualmente, como base para discussões e a criação de políticas que atendam às demandas dos migrantes e das comunidades locais. Destacamos, ainda, o relatório *A Economia de Roraima e o Fluxo Venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas* (2023), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) ⁴. Esse estudo aponta que é plausível considerar a ocorrência de efeitos indiretos sobre a atividade econômica local, decorrentes da combinação de diversos fatores, que possivelmente contribuíram de forma positiva para o desempenho econômico do estado.

Além dessas contribuições, observamos que, no âmbito dos meios de comunicação de massa, grande parte das notícias veiculadas pela imprensa local e nacional sobre a migração venezuelana em Roraima concentra-se em aspectos humanitários, sociais e de saúde, havendo ainda uma lacuna significativa de pesquisas voltadas à análise sistemática dos impactos econômicos dessa migração. No campo acadêmico, este estudo dialoga com obras como *Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial* (2025), organizada por Rubens Lacerda de Sá; *Juventude no Brasil* (2019), organizada por Laura Martin e Luís Fernando Vitagliano; e o trabalho de Parente Filho (2022), que aborda, de forma abrangente, *O Reflexo do Movimento Migratório na Economia*. Essas referências oferecem perspectivas complementares que articulam dimensões sociais, educacionais e econômicas, cruciais para sustentar a análise aqui proposta.

Portanto, estudos dessa natureza tornam-se instrumentos estratégicos para subsidiar políticas públicas capazes de articular acolhimento, integração e desenvolvimento, aproveitando de forma planejada o potencial produtivo, social e cultural que esses novos grupos representam para o estado.

1.4 Migração venezuelana e impactos no cenário socioeconômico de Roraima

Atualmente, Roraima ocupa a liderança proporcional no percentual de estrangeiros residentes no Brasil. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) ⁵, aproximadamente 568 mil venezuelanos ingressaram no país entre 2015 e junho de 2024 após a hiperinflação no seu país de origem. Desse total, estima-se que mais de 100 mil estejam vivendo no território roraimense, configurando um dos fluxos migratórios mais expressivos e transformadores da história recente brasileira. Esse cenário tem contribuído para a configuração de um novo panorama socioeconômico em Roraima, marcado pelo

4 Disponível em: https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2020-economia-roraima-e-fluxo-venezuelano_1.pdf

5 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.

surgimento de novos atores no mercado de trabalho formal e informal, cujas trajetórias e competências impactam diretamente a dinâmica produtiva estadual.

Diante desse quadro, grande parte da população migrante venezuelana chegou ao Brasil motivada pela possibilidade de adquirir bens e enviá-los ao país de origem como forma de apoio às famílias que permaneceram lá. Entre aqueles que optaram por fixar residência em território brasileiro, muitos têm buscado seu sustento tanto no mercado formal quanto no informal, destinando parte de sua renda ao consumo de bens e serviços. Considerando que a estrutura tributária brasileira é fortemente baseada na cobrança de impostos sobre o consumo, essa dinâmica representa uma via indireta de incremento da arrecadação pública.

Assim, mesmo sem vínculo empregatício formal ou contribuição direta por meio do imposto de renda, a presença desses migrantes movimenta a economia local, estimula o comércio e os serviços e amplia a base de arrecadação, sobretudo em Roraima, onde a circulação de renda proveniente desse grupo é mais evidente. Além disso, quando inseridos no mercado formal, esses trabalhadores passam a contribuir também com impostos sobre a folha de pagamento, contribuições previdenciárias e tributos incidentes sobre a remuneração, fortalecendo o financiamento da seguridade social e ampliando a participação da população migrante na sustentação das políticas públicas. O gráfico a seguir apresenta a distribuição das autorizações concedidas a migrantes no Brasil, de acordo com os grupos ocupacionais.

Tabela 1.1: Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, segundo escolaridade - Roraima, 2017 - outubro de 2019.

Escolaridade	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Analfabeto	9	1	8	12	6	6	18	14	4
Fundamental incompleto	31	9	22	58	31	27	154	53	101
Fundamental completo	63	23	40	168	72	96	169	92	77
Médio incompleto	71	36	35	125	64	61	179	87	92
Médio completo	965	439	526	1.719	850	869	1.780	1.163	617
Superior incompleto	22	14	8	37	17	20	43	29	14
Superior completo	128	59	69	142	93	49	110	100	10
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte:Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral/Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

A análise dos dados aponta que, entre 2017 e 2019, o ensino médio completo consolidou-se como principal porta de entrada dos migrantes no mercado formal, concentrando mais de 70% das admissões anuais, como aponta Oliveira (2020); no entanto, 2019 revela um cenário de alerta, com aumento expressivo dos desligamentos e queda no saldo total (de 1.128 para 915), indicando problemas de retenção. Paralelamente, cresce a absorção de trabalhadores com escolaridade mais baixa, como fundamental e médio incompletos, o que aponta para uma expansão acompanhada de precarização relativa e compressão de salários. Já entre os migrantes com nível superior completo, observa-se retração nas admissões e queda drástica no saldo, revelando barreiras como revalidação de diplomas, exigências técnicas e dificuldade de inserção em postos compatíveis com a qualificação. Dessa maneira, embora haja espaço no mercado, a trajetória de ascensão é limitada, configurando uma “escada quebrada” que oferece ocupações de entrada sem perspectivas claras de progressão. Para reverter esse quadro, políticas públicas devem combinar estratégias de retenção e qualificação para os menos escolarizados, mecanismos de certificação e revalidação ágil para os mais qualificados, e monitoramento contínuo de indicadores de permanência e mobilidade, transformando empregos iniciais em caminhos reais de inclusão socioeconômica.

De acordo com o Relatório do ACNUR (2020) entre as nacionalidades com maior presença no mercado formal, os venezuelanos permanecem na primeira posição, refletindo tanto sua expressiva participação nos setores de baixa e média qualificação quanto o potencial ainda pouco explorado de migrantes qualificados. Essa distinção entre trabalhadores qualificados e não qualificados é necessária para o desenho de políticas públicas. Enquanto programas de alfabetização e qualificação profissional podem ampliar as oportunidades de inserção digna para aqueles com baixa escolaridade, ações como revalidação de diplomas, certificação de competências e articulação com setores estratégicos podem aproveitar melhor o capital humano já disponível. Na tabela 1.2 a seguir, é possível visualizar os cargos ocupados por migrantes em Roraima, o que reforça a necessidade de políticas segmentadas para atender a esses diferentes perfis e potencializar seu impacto no desenvolvimento econômico e social.

Tabela 1.2: Principais ocupações de migrantes em Roraima 2017 - 2019.

Principais atividades econômicas	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	188	78	110	260	134	126	218	207	11
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	68	52	16	203	97	106	178	77	101
Construção de edifícios	97	36	61	196	100	96	161	119	42
Restaurantes e similares	113	67	46	162	100	62	153	110	43
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	8	5	3	5	2	3	110	32	78
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	102	56	46	104	67	37	103	74	29
Serviços de engenharia	0	0	0	27	12	15	95	38	57
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	31	9	22	63	29	34	55	52	3
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	14	7	7	46	23	23	43	24	19
Comércio varejista de materiais de construção em geral	21	14	7	61	37	24	31	16	15
Outros	647	257	390	1.134	532	602	1.306	789	517
Total	1.289	581	708	2.261	1.133	1.128	2.453	1.538	915

Fonte:Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, base harmonizada RAIS - CTPS - CAGED, 2023.

Conforme os dados da Tabela 1.2, a inserção laboral dos migrantes está concentrada em setores de baixa barreira de entrada, como comércio varejista de alimentos (supermercados, minimercados, padarias), restaurantes, lanchonetes e construção civil. Esses ramos absorvem rapidamente mão de obra, mas geralmente oferecem baixa remuneração, alta rotatividade e poucas possibilidades de ascensão, o que explica por que mesmo com alto número de admissões, alguns saldos são tímidos ou até decrescentes, como no caso dos supermercados, que de 126 em 2018 caem para apenas 11 em 2019.

Embora não haja dados mais recentes, a observação cotidiana de quem vive em Roraima traduz que a participação dos migrantes no mercado de trabalho se intensificou e se diversificou. Setores historicamente predominantes, como supermercados, minimer-

cados, postos de gasolina, restaurantes, farmácias, hotéis, lojas e lanchonetes, continuam absorvendo grande parte dessa força de trabalho, mas agora dividem espaço com áreas que demandam competências técnicas e interação direta com o público, como salões de beleza, barbearias, padarias e etc. Paralelamente, cresce o número de migrantes que atuam como empreendedores, formalizando seu próprio negócio, ligados à culinária típica, gerando impacto cultural e econômico ao mesmo tempo. Isso demonstra resiliência, capacidade de adaptação e a mobilização de um capital social e cultural relevante refletindo uma transição gradual de uma inserção laboral concentrada em funções operacionais para atividades que exigem maior especialização, criatividade e gestão, sinalizando transformações silenciosas, mas significativas, na dinâmica econômica e social de Roraima. Já o avanço dos serviços de engenharia (saldo 57 em 2019, inexistente em 2017) pode indicar uma abertura para migrantes com perfil técnico especializado, reforçando que não se trata de uma massa homogênea de trabalhadores não qualificados.

É importante lembrarmos que, em 2018 ⁶, o rendimento médio dos trabalhadores venezuelanos no Brasil girava em torno de mil reais, valor que endossa a predominância de vínculos em atividades de baixa remuneração e a limitada progressão de carreira. Esse dado, por si só, já ilustra uma assimetria preocupante entre o potencial produtivo dessa população e as oportunidades efetivamente disponíveis no mercado. No entanto, ao observarmos o cenário mais recente em Roraima, é plausível supor que parte dos migrantes que optou por empreender abrindo pequenos comércios, restaurantes, salões de beleza, padarias ou prestando serviços especializados, tenha conseguido superar significativamente essa média salarial de 2018.

Da mesma forma, trabalhadores inseridos em vínculos formais, sobretudo em setores em expansão e com maior rotatividade, podem ter alcançado patamares de remuneração mais elevados. Ainda assim, permanece latente o desafio de compreender se esse incremento representa uma melhoria generalizada nas condições econômicas do grupo ou se está restrito a nichos específicos, o que reforça a necessidade de acompanhamento sistemático para evitar que a mobilidade econômica observada seja apenas pontual e concentrada. Dessa forma, o debate sobre inserção laboral precisa ir além da mera empregabilidade e considerar, de forma articulada, caminhos para a ascensão e diversificação das funções ocupadas por essa força de trabalho.

Para romper esse ciclo, é necessário que as políticas públicas governamentais articulem empregadores, instituições de ensino e órgãos de certificação profissional para criar trajetórias de progressão ocupacional. Uma sugestão seria a implementação de Programas

6 Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Dados_Consolidados/infogra%CC%81fico_2024_1_1.pdf

de aprendizagem dual ⁷ e certificação por competência prática, que podem funcionar como pontes, evitando que essa mão de obra fique confinada a um nicho restrito da economia.

O relatório OBMigra (2023) enfatiza que, embora o número de autorizações concedidas por grupos ocupacionais esteja concentrado em funções de nível médio, há uma parcela expressiva da população migrante com formação acadêmica e experiência profissional capaz de atender a demandas de mão de obra qualificada. No entanto, a efetiva inserção desses profissionais é dificultada pelo fato de seus diplomas e certificações não possuírem validade oficial no Brasil, o que limita o aproveitamento de seu potencial no mercado de trabalho, conforme defendido por Oliveira (2020) e reforçado neste argumento por Parente Filho (2022):

O governo, por meio de suas políticas migratórias, estabelece procedimentos para refugiados, asilados e migrantes em geral; todavia, para que este migrante ou refugiado tenha alcance a tal política, estes devem passar por várias etapas ou fases que muitas vezes nem ao menos entendem, não dispondo de recursos, de meios financeiros ou subsistências para fazê-lo (Parente Filho, 2022, p. 44).

O relatório aponta ainda um dado relevante para o planejamento de políticas públicas a médio e longo prazo: em 2023, o número de refugiados reconhecidos no Brasil com idades entre 0 e 15 anos chegou a quase 30 mil. Com isso, trazemos dados do Censo de 2025 da Secretaria de Estado de Educação e Desporto de Roraima (SEED-RR), de que aproximadamente 9 mil estudantes migrantes estão atualmente matriculados na rede estadual de ensino. Embora esse número seja expressivo e sinalize a relevância do fenômeno migratório no contexto educacional do estado, é importante observar que o levantamento não especifica a nacionalidade desses estudantes e contemplou apenas as escolas com maior concentração de alunos migrantes. Essa delimitação nos permite inferir que o número real de estudantes migrantes matriculados na rede estadual pode ser significativamente superior ao registrado oficialmente.

Esse contingente, atualmente inserido majoritariamente no sistema educacional, representa uma geração que, em poucos anos, estará apta a ingressar no mercado de trabalho, trazendo consigo capital humano e diversidade cultural e linguística. Tal panorama intensifica a necessidade de ações integradas que aliem acolhimento, formação, capacitação e inserção laboral qualificada, de modo a potencializar o impacto positivo desse fluxo migratório no desenvolvimento econômico e social de Roraima. De acordo com José Egas, representante da ACNUR no Brasil,

⁷ Programas de aprendizagem dual (ou *dual training*) são modelos de formação profissional que combinam aulas teóricas em instituições de ensino (escolas técnicas, universidades, centros de formação) com aprendizado prático realizado diretamente no ambiente de trabalho, geralmente em empresas parceiras, muito comum na Suíça, Alemanha e Áustria.

Há, nos últimos anos, um reconhecimento crescente de que pessoas refugiadas e migrantes podem contribuir para as comunidades anfitriãs e para as economias locais, se a entrada no mercado de trabalho e outras formas de subsistência forem facilitadas e as barreiras às inclusões, removidas (ACNUR, 2020 p.10) ⁸.

Assim, investir na formação e integração dessa nova geração é mais do que uma medida de acolhimento, é uma estratégia para garantir que seu potencial contribua de forma qualificada e sustentável para o desenvolvimento de Roraima. Esse horizonte nos conduz a refletir sobre como esses jovens vivem o presente no ambiente escolar, tema que será aprofundado na próxima seção.

1.5 Aprendendo em terras estranhas: os desafios escolares de jovens migrantes em Roraima

O estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai etc.

Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós?
(Derrida, 2000)

Nesta seção, analisamos os desafios enfrentados por adolescentes migrantes no cotidiano escolar, com base nos dados da pesquisa que realizamos em escolas públicas estaduais de Boa Vista. Enquanto docentes da Educação Básica que atuam diretamente com esse público, reconhecemos, baseados na experiência e na escuta cotidiana, que o processo de escolarização desses jovens está permeado por complexidades e atravessamentos que o tornam tudo menos simples. Não é fácil aprender em uma língua que não é a sua, por meio de métodos que lhe são estranhos, em uma cultura que ainda não reconhece plenamente seus modos de ser e estar no mundo. Tampouco é fácil confiar em professores que não compartilham os mesmos costumes, referências ou histórias.

Sabemos que esses adolescentes cruzaram fronteiras desacompanhados de garantias, de políticas efetivas de acolhimento ou de redes de apoio. O que os move é, muitas vezes, a esperança de reconstruir a própria vida em um país que ainda hesita em reconhecê-los como sujeitos de direitos. Ser jovem já é, por si só, viver uma travessia marcada por incertezas, pela busca de identidade e pelo desejo de pertencimento. Ser jovem e migrante, no entanto, é enfrentar essa travessia em esferas ainda mais complexas.

⁸ Disponível em https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2020-economia-roraima-e-fluxo-venezuelano_1.pdf

Ainda assim, esses adolescentes reinventam-se todos os dias. Aprendem novos idiomas, decifram códigos culturais, tentam pertencer a um sistema que nem sempre os enxerga. E, mais do que isso, lutam para permanecer, apesar das fronteiras visíveis e invisíveis que os atravessam. Concordamos com Carvalho, Miguel e Oliveira (2025) quando declaram:

Entendemos que a escola reflete esses ideais por meio de seu currículo, da prática pedagógica e da estrutura administrativa, expressando uma visão de mundo que valoriza certos conhecimentos, histórias e culturas. Não podemos abordar temas como gestão pública, a escola e os migrantes sem antes estabelecer uma compreensão aprofundada sobre esses conceitos, uma vez que esses processos estão interligados e impulsionam políticas e práticas presentes nas dinâmicas sociais, e, educacionais (Carvalho; Miguel; Oliveira, 2025, p. 67).

Nessa perspectiva, os autores corroboram com a ideia de que a escola é um espaço social complexo, atravessado por múltiplas camadas de significados, valores e disputas simbólicas. No contexto das migrações, ela precisa ser analisada não apenas como espaço de ensino, mas como um lugar que expressa, reforça ou contesta certos valores sociais. Por isso, ela pode tanto acolher e empoderar estudantes migrantes quanto reforçar exclusões, dependendo da forma como lida com a diversidade cultural e linguística.

Quando a escola falha em incluir ou, de forma direta ou velada, exclui o jovem do processo educativo, ela nega o acesso ao conhecimento e, também, restringe as oportunidades de construção de um projeto de vida digno. Essa exclusão escolar fragiliza vínculos sociais, mina a autoestima e limita as possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, criando um cenário em que a vulnerabilidade social se intensifica. Nessa lacuna, outras forças - muitas vezes ligadas à criminalidade ou a contextos de risco - podem ocupar o espaço deixado pela ausência de políticas educacionais efetivas e acolhedoras. Como alertam Rodrigues e Furno (2019),

Não raro o jovem se submete ao tráfico e outras atividades ilegais por necessidades básicas, por cinco séculos de injustiça, quatro deles sem um centavo de remuneração. É preciso criar condições para a juventude gerar renda e sustentar sua vida e a de sua família fora de atividades criminais – família tanto do núcleo familiar de origem quanto da família já constituída pelos jovens⁹ (RODRIGUES e FURNO, 2019, p. 24).

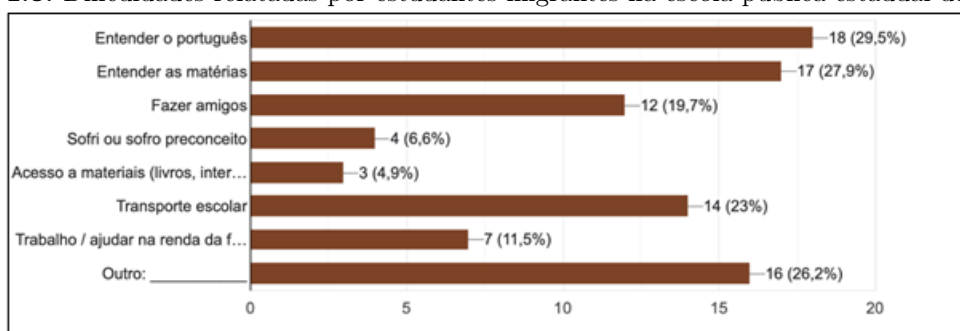
Dentre as maiores causas de exclusão escolar está a *nacionalização do ensino* (Fritzen e Nazaro, 2018). Conforme Schumacher e Nogueira (2024, p.3), “infelizmente, poucas vozes se opuseram ao esmagador processo de homogeneização linguística, mesmo entre os

9 Essa é outra realidade presente entre as populações mais vulneráveis: a formação de uma família em idade muito precoce.

intelectuais brasileiros”. Nesse sentido, a presença crescente de estudantes migrantes na rede pública estadual de Roraima tem tensionado os modelos tradicionais de organização escolar, desafiando práticas pedagógicas, curriculares e administrativas que historicamente foram pensadas para sujeitos nacionais, monolíngues e culturalmente homogêneos. Carvalho, Miguel e Oliveira (2025, p. 68) afirmam que “A supervalorização do português como língua hegemônica silencia outras vozes, enquanto um currículo fechado, arbitrário e inflexível negligencia a inclusão social, negando a esses alunos a oportunidade de pertencimento”.

Para compreendermos os impactos dessa realidade no cotidiano educacional, realizamos uma escuta com estudantes migrantes matriculados na rede estadual, visando identificar os principais desafios enfrentados e as projeções de futuro desses jovens. Participaram da pesquisa 81 estudantes, com idade a partir de 12 anos. Segue abaixo o gráfico que representa a voz dos alunos migrantes.

Gráfico 1.3: Dificuldades relatadas por estudantes migrantes na escola pública estadual de Roraima.



Fonte: dados da nossa pesquisa (2025).

Os dados coletados indicam que as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes migrantes no contexto escolar dizem respeito à barreira linguística, expressa na dificuldade de entender o português (29,5%) e à compreensão dos conteúdos curriculares (27,9%). Embora mencionadas como questões distintas, ambas apontam para um desafio estrutural no processo de escolarização: a exclusão pedagógica promovida pela ausência de uma abordagem que considere a diversidade linguística presente na sala de aula. Quando o idioma de instrução é imposto sem mediações adequadas, o ambiente escolar se torna um espaço de silenciamento, insegurança e retraimento.

King (2025) confronta este tipo de prática destacando que “é preciso [...] criar espaços para que esses alunos participem ativamente do processo educativo, trazendo suas próprias experiências e conhecimentos para a construção coletiva do saber (p.159).” Derrida (2000) também discorda com esse tipo de conduta e nos lembra que, antes mesmo de abrir a porta, já exigimos do estrangeiro que fale a nossa língua, e nisso há uma violência silenciosa. É como se disséssemos: “Se quer entrar, primeiro prove que sabe ser como nós”. No cotidiano da escola, isso se traduz na pressão em exigir que o aluno migrante abandone, ainda que momentaneamente, sua própria língua para se encaixar no português, sem que o espaço

escolar se disponha a ouvir e aprender com ele. Talvez a verdadeira hospitalidade comece justamente quando aceitamos que a língua do outro também habite a nossa casa.

Nesse sentido, Schumacher e Nogueira (2024, p. 6) alertam que as políticas linguísticas, como a promoção de uma língua em detrimento de outras, podem ser usadas para consolidar identidades nacionais e sociais, muitas vezes marginalizando grupos que não compartilham a língua dominante”. Quando a escola adota exclusivamente a língua portuguesa como veículo legítimo do conhecimento, acaba reforçando desigualdades e inviabilizando o direito à aprendizagem plena desses estudantes ¹⁰. A barreira linguística, portanto, não é apenas um entrave comunicacional, mas também um instrumento de exclusão simbólica, que compromete a construção de pertencimento e o desenvolvimento de trajetórias escolares bem-sucedidas.

De modo complementar, o terceiro item mais assinalado no questionário foi a categoria “outros”, o que, à primeira vista, poderia parecer pouco significativo. No entanto, ao analisar as respostas abertas deixadas pelos estudantes que marcaram essa opção, percebemos que ela aponta questões que atravessam o cotidiano escolar desses jovens. Muitos reforçaram aspectos já mencionados nas alternativas anteriores - como “falar o idioma”, “entender o português” e “falar o português com mais fluência” -, o que indica o quanto a barreira linguística se expressa de diferentes formas e permanece como uma dificuldade central, com efeitos sobre o desempenho e a autoestima dos alunos.

Outros relatos, como a dificuldade em “fazer apresentações na escola” ou a “falta de materiais para realizar os trabalhos”, apontam para um mal-estar mais amplo relacionado à exposição pública, à insegurança linguística e à falta de recursos para acompanhar as atividades propostas. Soma-se a isso o fato de que tais atividades nem sempre são conduzidas com a paciência e a clareza necessárias para garantir que todos compreendam plenamente o que lhes é solicitado. Além disso, foram mencionadas experiências de “bullying” (mais de 20% dos participantes da pesquisa sinalizaram já ter passado por algum tipo de preconceito na escola) e a ausência de “comunhão com os colegas da sala de aula”, elementos que evidenciam um sentimento de não pertencimento e uma fragilidade nos laços interpessoais que deveriam ser construídos no espaço escolar através da promoção de práticas que celebram a interculturalidade.

De acordo com King e Zambrano (2025), a escola nunca foi um espaço homogêneo, pois reúne diariamente estudantes com histórias, línguas, culturas, trajetórias e modos de aprender distintos. Diante dessa diversidade, insistir em uma pedagogia padronizada e neutra, que parte do pressuposto de que todos aprendem da mesma forma, ignorando as singularidades linguísticas, culturais e cognitivas, não apenas compromete a eficácia do

¹⁰Não se trata de a escola “adotar” a língua, mas sim de reconhecer que o espanhol é, de fato, a segunda língua mais presente no cotidiano escolar, em razão do alto número de estudantes migrantes. No entanto, a instituição não está preparada para lidar com essa realidade, e grande parte do corpo escolar demonstra resistência em aprender um novo idioma, dificultando a construção de um ambiente verdadeiramente bilíngue e inclusivo.

processo educativo, mas também o torna injusto. Por isso, torna-se imprescindível abordar as diferenças em sala de aula, de modo que os alunos aprendam a respeitá-las e a conviver com elas de forma natural, incorporando o respeito ao outro como parte de sua formação cultural e social.

Essas respostas complementam os dados quantitativos e reforçam a complexidade das experiências vividas por adolescentes migrantes. O que emerge dessa categoria “outros” é, na verdade, um conjunto de dores silenciadas: obstáculos linguísticos, emocionais, sociais e materiais que, se não reconhecidos e enfrentados, continuarão a marginalizar esses sujeitos no lugar onde deveriam ser mais acolhidos - a escola. Como afirmam Sá e Santos (2025, p. 227), “compreender as experiências vividas, as percepções e as necessidades dos migrantes pode oferecer informações valiosas para a formulação de políticas mais eficazes e humanitárias”.

A ausência de políticas linguísticas específicas e o despreparo institucional para lidar com sujeitos multilíngues acabam por reforçar desigualdades e ampliar a distância entre esses estudantes e o currículo escolar. Isso nos leva

a questionar a legitimidade de uma “educação para todos”, já que, de forma encoberta, contribui para a perpetuação de valores e ideais que mantêm as desigualdades sociais e culturais, revelando umas das faces da inclusão escolar em sua relação com os processos de exclusão social (Carvalho; Miguel; Oliveira, 2025, p. 68).

Portanto, cruzando os dados, nota-se que as principais dificuldades enfrentadas por estudantes migrantes não são apenas barreiras pontuais, mas sintomas de um sistema educacional que ainda opera com estruturas, currículos e práticas pouco adaptados à diversidade linguística e cultural. A elevada incidência de dificuldades relacionadas ao domínio da língua portuguesa, por exemplo, não se limita a um desafio comunicativo imediato; ela impacta a compreensão de conteúdos, a autoestima acadêmica e até a participação social desses jovens. Reflexões inovadoras emergem quando se percebe que tais barreiras não afetam apenas o presente escolar, mas também o futuro econômico e social desses estudantes, pois um jovem que não se sente pertencente e não domina a língua de instrução provavelmente terá acesso limitado a empregos formais e à continuidade de estudos.

1.6 É possível pensar o desenvolvimento do estado de Roraima sem os jovens migrantes?

É preciso fazer entender que o jovem está em todos os espaços, e por isso influencia diretamente nos rumos da sociedade em todos os seus segmentos
(Martin, Vitagliano, 2019).

Ao transitar pelas ruas de Roraima, percebemos um número crescente de micro e pequenos empreendimentos protagonizados por migrantes em áreas como alimentação,

estética e prestação de serviços. É cada vez mais comum observar o funcionamento de restaurantes e lanchonetes com cardápios influenciados pela culinária venezuelana, barbearias e salões de beleza administrados por famílias migrantes, além de serviços de manicure, pedicure e estética corporal oferecidos com qualidade, criatividade e preços acessíveis. Tais iniciativas contribuem para a diversificação do mercado local, promovendo trocas culturais e dinamizando a economia regional com novos produtos, práticas e saberes.

Já no mercado informal é comum encontrá-los atuando como vendedores ambulantes em praças públicas ou oferecendo sua mão de obra em atividades como limpeza de terrenos, serviços de pedreiro, pinturas, trabalhos rurais em fazendas etc. Essas práticas demonstram suas estratégias de sobrevivência e, também, como desejam se inserir ativa e produtivamente no contexto econômico local. No entanto, a informalidade, embora cumpra um papel imediato no sustento dessas famílias, não representa um caminho sustentável para o desenvolvimento econômico do estado. A ausência de vínculos legais, o não recolhimento de tributos e a precarização das condições de trabalho limitam tanto os direitos dos trabalhadores quanto a capacidade do estado de investir em políticas públicas estruturantes.

Nesse contexto, torna-se urgente e inadiável a formulação de políticas públicas interseoriais que, articuladas com o campo educacional, ofereçam formação cidadã, qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho. É fundamental que essas ações tenham início ainda no ambiente escolar, a fim de garantir que os jovens migrantes - especialmente aqueles em idade escolar - não sejam conduzidos para os circuitos de informalidade que perpetuam a exclusão e limitam o potencial de contribuição desses sujeitos para a sociedade. Investir nesses estudantes enquanto ainda estão em processo de formação é uma estratégia premente para romper com os ciclos de vulnerabilidade social e econômica, além de constituir um caminho eficaz para promover um desenvolvimento mais duradouro para Roraima.

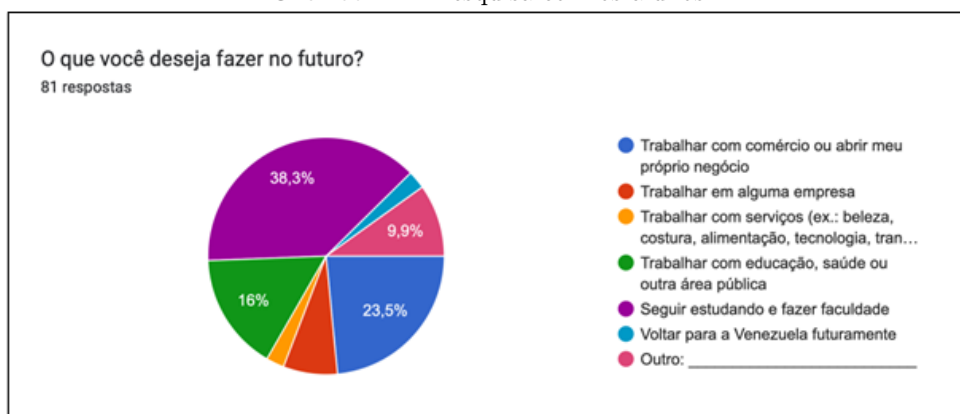
Os dados obtidos por meio da pesquisa que realizamos com estudantes migrantes matriculados em escolas públicas estaduais reforçam essa urgência. Constatamos que aproximadamente 40% dos jovens migrantes demonstram interesse e determinação em dar continuidade aos estudos no Ensino Superior. Esse dado aponta expectativas educacionais elevadas e o desejo de ascensão social e inserção qualificada no mercado de trabalho, elementos essenciais para o fortalecimento da economia local a médio e longo prazo. Além disso, mais de 23% dos participantes afirmaram ter o objetivo de abrir o próprio negócio, evidenciando um espírito empreendedor que, se devidamente incentivado, pode resultar na criação de novos empregos, na ampliação da base produtiva do estado e na dinamização da economia regional. Esses resultados apontam, portanto, para a importância de se investir em políticas de apoio e formação para essa juventude migrante que sonha com um futuro melhor e está disposta a construí-lo ativamente, para si e para a coletividade.

Nessa conjuntura, podemos constatar que os migrantes têm potencial real e concreto para contribuir com a geração de renda e o fortalecimento da economia local. Portanto,

se o estado de Roraima almeja crescer de forma sustentável e equitativa, é necessário que volte seu olhar para essa juventude migrante, reconhecendo-a como parte integrante e potente de seu projeto de desenvolvimento.

Com base nessas reflexões, buscamos escutar os próprios jovens migrantes, entendendo que suas vozes são indispensáveis para repensarmos as práticas educacionais e as políticas públicas voltadas à inclusão profissional. Acreditamos que compreender como esses estudantes se percebem no contexto roraimense, quais são suas aspirações e de que forma projetam seu futuro pode oferecer direcionamentos importantes para a construção de estratégias mais justas e eficazes de acolhimento e formação. A seguir, apresentamos os dados da pesquisa que realizamos com estudantes do ensino público estadual do município de Boa Vista, com ênfase em suas projeções de futuro e perspectivas de inserção profissional no estado.

Gráfico 1.4: Pesquisa com os alunos.



Fonte: dados da nossa pesquisa (2025).

Os dados mostram importantes caminhos sobre um futuro projetado por esses jovens. Quase 40% declararam intenção de continuar os estudos e ingressar no ensino superior. Dessa forma, consideramos de suma importância refletir e agir estrategicamente para criar mecanismos que favoreçam o ingresso desses alunos no ensino superior, rompendo o ciclo que muitas vezes os limita a ocupações de baixa remuneração e reduzidas perspectivas de ascensão social.

Garantir esse acesso não se restringe apenas a ampliar vagas ou flexibilizar processos seletivos, mas implica em construir políticas de apoio contínuo - desde a educação básica até a conclusão da graduação - que contemplem reforço linguístico, orientação vocacional, suporte financeiro e acompanhamento psicopedagógico. Dessa maneira, ao possibilitar que esses jovens migrantes ingressem e permaneçam no ensino superior, o estado investe na formação de profissionais qualificados que poderão contribuir de forma estratégica para o desenvolvimento econômico, científico e cultural de Roraima.

Em seguida, constatamos que mais de 25% dos jovens migrantes manifestaram interesse em empreender, seja por meio da criação de negócios próprios ou pela inserção

no comércio local. Em um estado cuja base econômica é tradicionalmente marcada pela dependência do setor público, essa disposição sugere a emergência de um movimento capaz de imprimir novos ritmos e lógicas à circulação de bens e serviços. Esse fenômeno desponta como um sinal de que a juventude migrante enxerga Roraima como espaço de construção e protagonismo econômico.

Os resultados apontam, portanto, para uma juventude que, mesmo diante de múltiplas vulnerabilidades, não se limita a sobreviver: ela resiste, se reinventa e quer buscar alternativas para transformar sua condição. Isso exige que a escola atue como instância formadora de cidadania, pertencimento e potencial produtivo.

Campos (2019) afirma que a construção de uma sociedade mais justa e equitativa depende diretamente da escuta ativa e da articulação da juventude, entendida como uma etapa da vida e como uma força social em constante movimento. Nesse contexto, os sonhos - especialmente aqueles que persistem mesmo diante da precariedade e da exclusão - configuram-se como espaços de resistência e criação, nos quais emerge a potência transformadora capaz de mobilizar indivíduos, fortalecer vínculos coletivos e impulsionar ações concretas contra as desigualdades estruturais.

Defendemos, nesse sentido, a necessidade urgente de investimentos estruturantes que articulem qualificação profissional, educação bilíngue e orientação sistemática para o mundo do trabalho. Apostar nesses jovens é, na verdade, investir no próprio futuro do estado, um futuro mais diverso, justo e, sobretudo, mais humano. Para isso, propomos a implementação de políticas públicas que contemplem a complexidade do processo formativo desses estudantes, desde a escolarização até sua inserção no mercado de trabalho.

Com relação à aprendizagem da língua portuguesa pelos estudantes migrantes, destacamos o trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa *Português Língua Adicional em Roraima* (PLARR)¹¹, da Universidade Estadual de Roraima, que atua em projetos voltados ao ensino de português para esse público. Considerando a relevância e a expertise acumulada por esse grupo, seria estratégico que o poder público investisse na ampliação de sua atuação, estabelecendo parcerias efetivas com as escolas da rede estadual. Tal iniciativa permitiria potencializar a aprendizagem linguística e promoveria um acolhimento mais qualificado, fortalecendo vínculos, reduzindo barreiras comunicativas e favorecendo a participação plena desses estudantes no ambiente escolar e na vida comunitária.

É fundamental que o ensino de língua portuguesa esteja ancorado em práticas pedagógicas de acolhimento linguístico e cultural. Recomendamos, portanto, a criação de salas de apoio linguístico, o uso de materiais bilíngues, a oferta de aulas específicas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) e a estruturação de um protocolo de acolhimento bilíngue nas escolas, que sirva de orientação às equipes pedagógicas desde o momento da matrícula até o acompanhamento contínuo da trajetória escolar desses alunos.

11Para mais detalhes acesse: <https://sites.google.com/view/plaroraima/in%C3%ADcio?authuser=0>.

Além disso, é imprescindível a instituição de um programa de formação continuada para professores, com foco na educação intercultural, no ensino em contextos multilíngues e na mediação de conflitos linguístico-culturais. Tal iniciativa deve ser pensada não como uma ação pontual, mas como uma política permanente de valorização docente, capaz de preparar os profissionais para atuarem com sensibilidade e competência diante das barreiras linguísticas e emocionais enfrentadas por estudantes migrantes.

Por fim, sugerimos a criação de uma política estadual de bolsas de estudo voltada à juventude migrante, contemplando desde o Ensino Médio até o Ensino Superior, de forma a garantir a permanência escolar, incentivar a qualificação acadêmica e profissional, e reduzir os índices de evasão. A concessão dessas bolsas, articulada a programas de orientação vocacional e apoio psicossocial, pode ser um passo decisivo para transformar trajetórias marcadas pela exclusão em projetos de vida dignos, autônomos e socialmente valorizados.

1.7 Tentando concluir...

Percebemos que cada resposta que encontramos abriu espaço para novas perguntas, como se a pesquisa fosse menos um ponto de chegada e mais um convite para continuar a conversa. As histórias, os dados e as reflexões sobre os adolescentes migrantes em Roraima não cabem em um fechamento definitivo. Assim, a partir da análise realizada, percebemos que os jovens migrantes inseridos na rede pública de ensino em Roraima enfrentam um conjunto complexo de desafios que extrapolam as dificuldades linguísticas e pedagógicas. Suas trajetórias escolares são marcadas por processos de exclusão simbólica e estrutural que, muitas vezes, limitam seu pleno acesso aos direitos educacionais e dificultam a construção de vínculos de pertencimento no espaço escolar.

Apesar desse cenário adverso, observamos que esses jovens mobilizam estratégias de resistência, projetam futuros possíveis e demonstram forte desejo de inserção social e econômica no estado. Muitos expressam a intenção de seguir estudando, ingressar no ensino superior ou empreender, sinalizando um potencial significativo de contribuição para o desenvolvimento de Roraima. No entanto, esse potencial corre o risco de ser desperdiçado caso não haja investimentos concretos em políticas públicas que garantam o acesso equitativo a oportunidades educacionais e profissionais.

Dessa forma, concluímos que a construção de um projeto de desenvolvimento regional verdadeiramente inclusivo exige o reconhecimento da juventude migrante como parte constitutiva do presente e do futuro do estado. É fundamental que a educação pública assuma um papel estratégico nesse processo como espaço de escolarização, como um território de reparação, justiça social e transformação. O desafio posto às instituições educacionais e aos formuladores de políticas públicas é o de romper com lógicas que empurram esses sujeitos para a informalidade e para ocupações precarizadas, e, em seu lugar, promover ações que possibilitem o florescimento de trajetórias dignas, autônomas e socialmente valorizadas.

1.8 Referências bibliográficas

A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas / Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro : FGV DAPP, 1 recurso online (148 p.) : PDF. 2020.

https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2020-economia-roraima-e-fluxo-venezuelano_1.pdf.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris - **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa / Stella Maris Bortoni-Ricardo. - São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CAMPOS, Anderson. Mercantilização da juventude, consumo e degradação do trabalho. In: **Juventude no Brasil** [livro eletrônico] / Laura Martin, Luís Fernando Vitagliano (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

CARVALHO, Cléia Maria Silva de. MIGUEL, Katia Cristina Deps; OLIVEIRA, Rosemeire Rodrigues de. Migrantes e gestão pública: uma práxis para o bem viver. In: **Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial** / Organização Rubens Lacerda de Sá. São Paulo: Pimenta Cultural.

DOI:10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.3. 2025.

DERRIDA J. Hospitality. **Journal of Theoretical Humanities**, 5(3), 3-18. 2000.

FRITZEN, Maristela Pereira; DE SOUZA NAZARO, Ana Carolina. Línguas Adicionais em escolas públicas: discussão a partir de um cenário intercultural. **Educação Em Revista**, 34, e162012. <https://doi.org/10.1590/0102-4698162012>. 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Diretoria de Análise de Políticas Públicas; **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**. Observatório das Migrações Internacionais; **UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**. A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: Evidências e subsídios para políticas públicas. [S.l.]: [s.n.], 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/FGV%20DAPP%20\(2020\)%20-%20A%20economia%20de%20Roraima%20e%20o%20fluxo%20venezuelano.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/FGV%20DAPP%20(2020)%20-%20A%20economia%20de%20Roraima%20e%20o%20fluxo%20venezuelano.pdf).

Acesso em: 9 ago. 2025.

KING, Karla Danielle Matos Menezes. **Entre Línguas e Fronteiras**: desafios e possibilidades no ensino de inglês para estudantes migrantes em Boa Vista. Dissertação de Mestrado em Letras - Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2025. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1TM0Tka_lycnRQU5gwzAwHd6GygsZFOA0/view?usp=sharing

KING, Karla Danielle Matos Menezes; ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. Pedagogia das diferenças: a diversidade cabe no seu plano de aula? **Revista Pathos**, Dossiê: Migração, Saúde Mental e Direitos Humanos, previsão de publicação em set. 2025. No prelo.

- MARTIN, Laura. VITAGLIANO, Luís Fernando. **Juventude no Brasil**. Laura Martin, Luís Fernando Vitagliano (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2019/05/Juventude-Final.pdf>.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar**. 2. ed. - São Paulo, SP : Parábola Editorial, 2006.
- MOTA, Angela Karinne Bezerra. **Políticas públicas – soluções duráveis para migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil: a estratégia de inserção no mercado de trabalho em Boa Vista/RR**. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2025.
- OLIVEIRA, Pedro Carlos de Araújo. **Migração e trabalho: venezuelanos com formação acadêmica no estado de Roraima**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020.
- PARENTE FILHO, Antonio De Pádua. O reflexo do movimento migratório na economia. **Revista Gralha Azul: Periódico Científico da Escola Judicial do Paraná - EJUD**, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 40-49, jun./jul. <https://ejud.tjpr.jus.br/documents/13716935/68524001/04+O+REFLEXO+DO+MOVIMENTO+MIGRAT%C3%93RIO+NA+ECONOMIA.pdf/6d22dae6-5938-aae3-685c-f87ae1b204cd>. 2022.
- RODRIGUES, Filipe; FURNO, Juliane da Costa. Juventude da periferia: reflexões iniciais com base na formação brasileira. In: **Juventude no Brasil**. Laura Martin, Luís Fernando Vitagliano (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2019/05/Juventude-Final.pdf>.
- SÁ, Rubens Lacerda de; SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. Reflexões sobre a migração no Brasil contemporâneo. In: **Educação e Saúde Migrante em Perspectiva Anticolonial / Organização Rubens Lacerda de Sá**. São Paulo: Pimenta Cultural. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-340-0.11. 2025.
- SCHUMACHER, Jaqueline; NOGUEIRA, Sandra Vidal. Formação docente plurilíngue no Brasil: novas demandas por políticas públicas, em perspectiva intercultural. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1038, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-175-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1038>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- YOUNG, Michael. Currículo e democracia: lições de uma crítica à “Nova Sociologia da Educação”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, UFRGS 14(1):29-39, jun., 2006.